

ARTIGO

# Crise do trabalho juvenil na região Nordeste durante pandemia de Covid-19

Wellington Rodrigues da Silva<sup>†</sup>, Christiane Luci Bezerra Alves<sup>‡</sup>,  
Evânio Mascarenhas Paulo<sup>‡</sup>, Laura Costa Silva<sup>††</sup>

## Resumo

A juventude se configura como um público vulnerável às condicionalidades estruturais do mercado de trabalho. Boa parte deles buscam inserir-se no mundo laboral com escolaridade reduzida e pouca experiência, o que acaba dificultando o processo de inserção. Esse estudo busca analisar o contexto do mercado de trabalho juvenil nordestino no período de pandemia, além de apresentar algumas reflexões sobre esse público no mercado de trabalho. Para cumprir esse objetivo, utilizou-se dados de origem secundária da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADc), referente aos anos de 2012, 2015 e 2019, além da PNAD COVID. Os principais achados nesse estudo se relacionam a transição dos jovens para situação de desalento e desemprego, o aumento do público apto para trabalhar, a redução na taxa de participação e ocupação da população juvenil nordestina, o aumento no percentual de jovens que não estudam e nem trabalham, além do aumento daqueles que só estudam. No contexto da pandemia, houve um forte aumento na situação de desempregados, onde os jovens estariam procurando ocupações, as principais fontes de renda nesse período estariam associadas às políticas de distribuição de renda como auxílio emergencial e aposentadorias.

**Palavras-chave:** Jovens; Mercado de trabalho; Público Juvenil.

## Abstract

Young people are configured as a vulnerable public to the conditions developed in the labor market. Most of them seek to enter the world of work with little schooling and little experience, which ends up making the insertion process difficult. This study analyzes the context of the Northeastern youth

<sup>†</sup>Mestre em Economia Regional e Urbana pelo Programa de Pós-Graduação, Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: wellyngton.ce@hotmail.com

<sup>‡</sup>Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: chisluci@urca.br

<sup>‡</sup>Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul (PUC-RS). E-mail: evanio.paulo@ufrr.br

<sup>††</sup>Mestre em Economia Regional e Urbana pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: laura.costasilva@urca.br

labor market in the pandemic period, in addition to presenting some reflections on this public in the labor market. To fulfill this objective, secondary source data from the National Survey by Continuous Household Sample (PNADc) was used, referring to the years 2012, 2015 and 2019, in addition to the PNAD COVID. The main findings in this study are related to the transition of young people to a situation of discouragement and unemployment, the increase in the public able to work, the reduction in the participation and occupation rate of the youth population in the Northeast, the increase in the percentage of young people who do not study and do not functional, in addition to the increase of those who only study. In the context of the pandemic, there was a sharp increase in the unemployment situation, where young people would be looking for occupations, the main sources of income in this period would be associated with income distribution policies such as emergency aid and retirees.

**Keywords:** Youth; Labor Market; Youth Public.

## 1. Introdução

As duras consequências das múltiplas crises política, econômica e sanitária, especialmente no ano de 2020, impuseram ao mercado de trabalho severas condições de precarização, com aumento do desemprego, subocupação e informalidade (COSTA, 2010; PARENTE, 2017).

Em termos de emprego, essa precarização assume contornos mais perversos em certos subgrupos populacionais, já socialmente vulneráveis. Um desses, certamente, são os jovens, imersos em um complexo e grave problema de crise sistêmica do trabalho juvenil no Brasil. O mercado de trabalho, ao expressar a síntese das relações socioeconômicas, espelha esses dilemas e fornece um bom ponto de observação para a compreensão de vulnerabilidades associadas à juventude.

As condições nas quais os jovens fazem suas escolhas em relação a trabalho e educação costumam ser marcadas por dilemas e complexidades que, em geral, os expõem a riscos socioeconômicos importantes que vão desde questões como vulnerabilidade no mercado de trabalho até afirmação de sua identidade cultural. Assim, se por um lado, assiste-se a avanços importantes na promoção da educação, por outro, tais avanços são contrabalanceados por crises estruturais de emprego, especialmente nos anos mais recentes (PAULO; ALVES, 2019).

Acrescenta-se, ainda, que uma parcela de jovens escapa da oferta formal de

educação e emprego, somando-se a um grupo que desperta especial interesse na sociologia brasileira, ao tempo que se constitui, ou pelo menos deveria se constituir, em preocupação para os responsáveis por políticas para a juventude, seja de cunho social ou educacional, que são os jovens que nem trabalham e nem estudam, grupo que apresenta uma dinâmica marcante na experiência recente da crise sanitária e seus rebatimentos socioeconômicos. Essas distinções acerca da realidade juvenil revelam a magnitude de desafios vinculados à juventude.

Nesse trabalho, constrói-se uma breve reflexão sobre a condição juvenil no mercado de trabalho da região Nordeste, a partir de seus indicadores sociais relativos à mão de obra, tendo nas transformações recentes da estrutura de emprego, uma referência marcante. Para isso, o recorte de dados se faz a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-contínua) para anos selecionados – 2012, 2015, 2019 e um recorte espacial para o ano de 2020, com base nos dados da versão especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD-covid-19. Já que se busca avaliar as dinâmicas experimentadas e apontar alguns dos dilemas juvenis no plano da crise recente do trabalho, que tem repercussões regionais.

Em associação, o plano de fundo representado pela realidade de históricas assimetrias sociais e de desenvolvimento da região Nordeste fornece um campo que amplifica a fragilização social, a qual também se pretende abordar. Deseja-se observar como os subespaços nacionais de vulnerabilidade ampliam os dilemas vistos na cena social brasileira.

O texto se encontra dividido da seguinte forma, além dessa introdução; na segunda seção, apresenta-se o contexto da dinâmica macroeconômica entre os anos de 2012 e 2021, o qual tem rebatimentos sobre a dinâmica do mercado de trabalho; na seção três, são apresentados alguns dilemas clássicos da vida juvenil sobre o prisma da crise nacional de emprego; a seção quatro fornece aspectos conceituais e metodológicos, particularmente, define, de forma sintética, um conceito para operar a noção de juventude, além de fornecer uma breve discussão acerca dessa noção. Em seguida, na seção cinco, discutem-se os indicadores conjunturais de emprego, onde se analisa, especialmente, o componente de crise sistêmica do trabalho juvenil no Nordeste. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## 2. Breve contexto da dinâmica econômica recente

A economia brasileira experienciou um ciclo expansivo entre 2004 e 2013, quando se registraram recuperação na renda e nos níveis de consumo, retomada do crédito e expansão de investimentos privados, liberação do contingenciamento da política fiscal, que resultou na retomada de programas governamentais de investimento, especialmente de infraestrutura, além da ampliação de um conjunto de políticas sociais.

Destaque para a rápida recuperação da economia brasileira, frente à crise de 2008, a partir de implementação de um conjunto de políticas anticíclicas do tipo keynesiana, que amortece os efeitos da crise externa sobre a economia nacional. No campo fiscal, registram-se: redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para os setores automobilísticos e eletrodomésticos de linha branca e moveleiro; redução do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), além da criação do Regime Especial de Tributação (RET), que reduz largamente o imposto sobre imóveis. Ressalta-se a manutenção e ampliação das modalidades de transferências de renda, além do anúncio da redução na meta do superávit primário, em março de 2009. No campo monetário, sobressaem-se as reduções no depósito compulsório e aumento real da liquidez dos bancos, através da disponibilidade de recursos para compra de carteiras de crédito no mercado bancário por parte dos bancos públicos (ARAUJO; GENTIL, 2011).

O início do primeiro mandato de Dilma Rousseff foi marcado pelas preocupações com uma possível espiral inflacionária, o que determinou a inflexão no arranjo da política macroeconômica, especialmente através da reversão da política fiscal expansionista dos anos anteriores (DWECK; TEIXEIRA, 2017). Essa orientação se soma a um conjunto de medidas “macroprudenciais”<sup>1</sup> em curso desde fins de 2010 (PRATES; CUNHA, 2012). Apesar da continuidade no ciclo de corte da taxa Selic (CAMPEDELLI, 2016), o arrefecimento no ritmo de crescimento já é sentido entre 2011 e 2012, através das taxas de crescimento do PIB, que se reduzem de 3,97% para 1,92%. Apesar da recuperação do crescimento em 2013, cuja taxa atinge 3%, a estagnação da economia doméstica é

---

<sup>1</sup> Entre as medidas macroprudenciais, entre 2010 e 2011, destacam-se: a elevação de empréstimos compulsórios sobre depósitos à vista e a prazo; restrição ao crédito de pessoas físicas, com aumento do IOF, restrições ao crédito consignado e financiamento de veículos (Prates; Cunha, 2012).

representada pelo crescimento de 0,5%, no ano de 2014. Não obstante ao desempenho do nível de atividade do período, a taxa de desemprego atinge os menores patamares, considerando a série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 2022), correspondendo a 4,8% em 2014.

O nível de atividade econômica permanecerá, ainda, sob influência da fase de agravamento da crise internacional na zona do euro, entre 2011 e 2014, o que provocou contração na média de crescimento mundial, que reduziu de 5,2%, em 2010, para 2,9%, em 2013 (GENTIL; HERMANN, 2017).

O cenário do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (2015) aponta para novas mudanças na condução da política econômica, envolvendo reversão da tendência de queda dos juros, controle de gastos e revisão das metas de superávit primário. Para Dweck e Teixeira (2017, p.3), ao longo de 2015, foi rompida a “convenção do crescimento”, e foram adotadas medidas restritivas em todas as áreas, principalmente, na área fiscal, quando foi realizado um dos maiores ajustes fiscais da história recente, maior inclusive que os de 1999 e 2003”.

A desaceleração econômica em curso foi sucedida por um forte processo recessivo, onde se registram taxas de crescimento negativas do PIB, em 2015 e 2016, de 3,55% e 3,31%, respectivamente. Ressalta-se que, nesses anos, a economia atravessou uma série de choques, destacando-se: a deterioração dos termos de troca; ajuste fiscal; crise hídrica; desvalorização da moeda; o aumento da taxa de juros Selic. Com efeitos secundários: o aumento do desemprego; a queda da renda; a contração do mercado de crédito e redução dos investimentos públicos (BARBOSA FILHO, 2017).

Em meio à instabilidade promovida pela ruptura institucional que envolve o impeachment de Dilma Rousseff, a política econômica do novo governo Temer (2016-2019) reforça os pilares do tripé macroeconômico, com especial destaque para o novo desenho da política fiscal, impresso através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, a qual determina a aplicação do teto de gastos com duração de vinte anos; para os primeiros dez anos, o limite das despesas é corrigido pela inflação do ano anterior; do 11º ao 20º ano, existe a possibilidade de alteração da regra, caso o governo considere necessário (HORTA; GIAMBIAGI, 2018).

Na prática, prevalece, no período, a afirmação de uma agenda ortodoxa-liberal, através de um novo modelo de desenvolvimento que, para além do contracionismo fiscal,

acolhe o constrangimento monetário, via política mais conservadora e uma política cambial mais flexível. O menu da ortodoxia é ancorado em reformas liberalizantes, como a trabalhista e a previdenciária (OREIRO; PAULA, 2019). A semiparalisia da economia brasileira vem expressa no crescimento em torno de 1,1% nos anos de 2017 a 2019.

Para Oreiro e Paula (2019), a permanência e aprofundamento da ortodoxia em contexto de restrição econômica se exterioriza na política macroeconômica Bolsonaro/Guedes. Destaque para o choque promovido pelo contexto da pandemia da Covid-19, em 2020, e para os tropeços na condução de uma política nacional de enfrentamento da crise pandêmica, com o atraso e resistência governamental na adoção de medidas anticíclicas que garantissem proteção básica, especialmente às famílias em situação de vulnerabilidade social. A injeção de recursos, particularmente na economia popular, através do auxílio emergencial, amortece o desempenho fortemente negativo do nível de atividade do segundo trimestre de 2020 (9,7%), e o desempenho da economia doméstica fica aquém da maioria das previsões de crescimento negativo para 2020, atingido, neste ano, 4,1%.

### **3. Contexto recente do trabalho juvenil**

O contexto econômico recente, seja nacional ou internacional, passa por intensas transformações, com novas relações de trabalho e produção que ocasionam reflexos importantes sobre diversos grupos sociais, para aqueles que estão dentro ou fora do mundo do trabalho. Em meio aos dilemas já latentes do mercado de trabalho, as indecisões típicas de grupos sociais específicos, como os de jovens trabalhadores, dramatizam de modo ainda mais intenso, as condições de trabalho para esses grupos. Adicionalmente, conforme aponta Rocha (2008, p. 2), “são os jovens os mais diretamente afetados pelo contexto adverso do mercado de trabalho [...] já que estão em situação de desvantagem devido às suas características específicas, como a falta de experiência e a busca de experimentação”.

Como observado por Weller (2012, p. 29), “a inserção laboral nas décadas do pós-guerra tem sido caracterizada como um reflexo de um fordismo periférico” que, mais recentemente, adiciona-se a um novo contexto, marcado sobretudo por flexibilização de relações de trabalho. Pontua-se como exemplo desse novo contexto do trabalho,

uberização, aumento significativo de desemprego, queda na renda do trabalho, pejetização do emprego, terceirização, além de desregulamentações trabalhistas, no bojo da saída neoliberal para enfrentamento aos dilemas do trabalho no Brasil.

Para autores como (FRANCO et al., 2010) “a flexibilização das relações de trabalho diluiu a nítida linha de separação entre incluídos e excluídos”. Nesse ponto, o olhar mais restrito em grupos sociais já tradicionalmente excluídos, como os jovens, revela o quão são críticos seus dilemas específicos e como evoluíram e se intensificaram nesse quadro mais amplo de deterioração do trabalho. As vulnerabilidades e, em sentido especial, as experienciadas pelos jovens trabalhadores, são advindas dos próprios problemas estruturais das relações de produção e trabalho que se assistem recentemente, afastando o trabalho de sua dimensão orgânica de meio de vida e de conquista de dignidade.

Não obstante ao avanço do cenário de deterioração da produção e do emprego, dilemas clássicos do mundo juvenil se somam, como a inserção laboral precoce, visto que a busca por postos de trabalho representa, muitas vezes, a única possibilidade de afirmação sociofamiliar, em particular no contexto de crise. As próprias mudanças observadas na estrutura produção-trabalho são acompanhadas por tensões entre trabalho e vida familiar, que se refletem sobre a realização pessoal e social desses jovens (OIT, 2009).

O conflito e a dificuldade de conciliação de aspectos da vida pessoal, profissional e estudantil, por vezes, inibe a qualificação profissional digna, interferindo negativamente sobre o desenvolvimento educacional e cultural dos jovens. Uma expressão perversa dessa dinâmica é a ampliação de mecanismos que sustentam a pobreza em regiões onde a vulnerabilidade social já se faz ativamente presente, como no caso do Nordeste, ao contribuir para manter elos entre a dinâmica social que sustenta cadeias de pobreza e de vulnerabilidade.

Estratégias para viabilizar a integração social e econômica de jovens devem ser, então, pensadas e implementadas para evitar a supressão e frustração do futuro desempenho socioeconômico desse grupo, marcado por fragilidades e incertezas que, quando crônicas, comprometem a ordem social. Para o segmento juventude, especialmente no contexto brasileiro, as estratégias de políticas enfrentam ainda o desafio de heterogeneidades que marcam o interior do próprio segmento juvenil, em

aspectos como: escolaridade, renda familiar, acesso a um trabalho de qualidade, nível salarial, tempo de busca por trabalho, acesso à qualificação, entre outros (COSTA, 2010, p. 30).

Assim, o trabalho juvenil é um extrato social ativamente afetado pela falta de oportunidades e conseqüentemente pela incapacidade de afirmação de seu viés identitário. Esse grupo social enfrenta dificuldades profundas de inserção no mercado de trabalho, seja pela inexperiência nos postos de trabalho pleiteados, seja pela falta de escolaridade ou suas condições familiares, ou ainda por uma combinação desses fatores, expressa na maioria dos casos, que acabam refletindo sobre suas circunstâncias e possibilidades.

Para Coelho e Aquino (2009), o jovem possui uma linha de transição que se inicia com o ingresso na escola e a construção da escolaridade, prossegue com a saída da escola e inserção no trabalho e depois evolui para a construção de uma família, com casamento e filho. Atualmente, observa-se que essa linearidade não existe mais ou sofreu com as alterações, causadas principalmente pela conjuntura econômica ou condição familiar desses jovens, que se intensificam na crise sistêmica do trabalho. Tal linearidade também é influenciada por transformações societárias e pessoais que mudam as perspectivas e anseios da juventude, como a experimentação de novas formas de família, a afirmação de diversas orientações sexuais, entre tantas outras complexidades da vida cotidiana e social.

As condições familiares e socioeconômicas dos jovens acabam por reconfigurar a lógica dessa linearidade. Segundo Picanço (2015), esse processo de inserção no mercado de trabalho é um produto de reprodução de sua desigualdade, ao considerar que os jovens mais propensos à procura por emprego são aqueles com condições sociofamiliares mais vulneráveis. Ainda conforme Coelho e Aquino (2009), a renda familiar é um fator ativo na entrada precoce no mercado de trabalho, principalmente porque esses jovens, ao abandonarem a escola, ficam mais expostos a condições precárias de trabalho e ao desemprego.

Conforme Führ (2009), nessa espiral de precarização, o trabalho informal acaba por absorver uma parcela importante do público juvenil. Isso se reflete em ausência de garantias de direitos e na condição de fragilidade social aguda que os jovens se defrontam. Outro fator que influencia a entrada do jovem na informalidade é seu nível



baixo de escolaridade, o que reproduz um contingente significativo de jovens com nível de instrução precário, sendo empurrado para o trabalho informal. A característica desse mercado está relacionada à flexibilização ainda mais intensa de leis trabalhistas, “sem carteira assinada, temporárias ou com prazos de curta duração, ausentes de tutela formativa e contratual, autônomas, com horários indefinidos e irregulares, baixos salários ou sem remuneração” (HELAL, 2010, p. 84).

#### 4. Breves aspectos conceituais e metodológicos

Embora a noção apenas etária de juventude seja importante para fins de operacionalização da pesquisa, é importante ressaltar que reduzir esse conceito a apenas uma participação em um grupo etário, também o subdimensiona. Conforme (MOREIRA *et al.*, 2011) “a criação, no final da década de 90, das primeiras políticas públicas voltadas para os jovens, colocou a necessidade de se entender as especificidades deste público”. Logo, uma das preocupações marcantes da necessidade de compreensão da juventude é exatamente que conceito utilizar para representar esse grupo da população.

Como uma primeira abordagem sobre o tema, pode-se pensar a juventude restrita a um período específico da vida, sinônimo de adolescência, por exemplo. Todavia, essa noção não reflete as complexidades associadas a esse grupo da população. Uma distinção importante feita por Moreira *et al.* (2011) está em estabelecer as diferenças entre os conceitos de adolescência e de juventude, “pois este último é mais amplo e possui um maior atravessamento de temas sociais, culturais, políticos, econômicos, territoriais, dentre outros”.

Ao buscar definir um grupo classificado como jovem, esse trabalho envolveu algumas reflexões conceituais. Segundo o enfoque da Organização das Nações Unidas, juventude seria definida simplesmente pelo critério de idade de um indivíduo; jovem seria uma pessoa na faixa etária específica entre 15 e 24 anos. Destarte, ao considerar o grande número de estudos na literatura, como (PAULO; ALVES, 2019; SILVA; VAZ, 2022), o estudo de juventude que aqui se propõe, estende e adapta esse conceito aos indivíduos inseridos no grupo etário de 15 a 29 anos de idade, a fim de captar mais amplamente suas heterogeneidades.

Noções mais detalhadas de juventude necessitariam de arranjos de dados mais complexos e robustos, limitando o desenvolvimento da pesquisa. Mesmo com a simplificação, o conceito de juventude restrito ao critério etário é importante para a operacionalização da pesquisa. Para a caracterização do objeto de estudo e para enfoques mais específicos da pesquisa, analisar-se-á o mercado de trabalho juvenil da região Nordeste, recorte marcado pela presença histórica de vulnerabilidades socioeconômicas, tanto na perspectiva regional, quanto do grupo social juventude. Acredita-se que a essa abordagem possa caracterizar mais densamente os dilemas juvenis na região.

Relativo ao período de análise, essa pesquisa aborda o contexto do mercado de trabalho juvenil no recorte temporal de 2012 a 2020. A escolha temporal se deve ao quadro de intensa desestruturação do mercado de trabalho nacional e regional, no bojo das diversas crises que se sobrepõem nesse período, sejam de ordem econômica, política, social e sanitária. De forma complementar, faz-se uma análise específica para o ano de 2020, dada a emergência em saúde pública e as subjacentes medidas de contingenciamento estabelecidas no período, com importantes repercussões sobre as relações de trabalho. O intuito é mostrar que os efeitos dessa sobreposição de crises e suas repercussões em termos de susceptibilidade são ainda mais intensos para grupos mais vulneráveis, como o juvenil.

Por fim, os dados da pesquisa são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, na sua versão contínua (PNAD-Contínua), fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Suplementarmente, para o recorte específico do ano de 2020 e os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre mercado de trabalho geral e juvenil, usam-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, na sua versão relativa às repercussões da Covid-19 (PNAD-Covid), também do IBGE.

## **5. Mercado de trabalho geral e juvenil**

Nessa seção, para efeito de reflexão sobre a dinâmica do emprego juvenil, abordam-se aspectos relevantes do mercado de trabalho desse segmento *vis a vis* à população geral, para os anos de 2012, 2015 e 2019. Além dessa reflexão, são feitas

considerações mais específicas sobre o período de 2020, nos meses iniciais do período de crise sanitária de Covid-19.

Os dados da Tabela 1 trazem indicadores selecionados para os anos em consideração. Ao analisar o contexto do trabalho geral, verifica-se uma redução percentual suave da população ocupada e economicamente ativa entre 2012 e 2015, e mais expressiva entre 2015 e 2019, na esteira da crise do mercado de trabalho do período associada especialmente à crise político-econômica experienciada pela economia brasileira a partir de 2015. Por outro lado, registram-se os seguintes movimentos: a desocupação aumenta nos dois subperíodos, mais intensamente no segundo; a inatividade e o desalento permanecem praticamente estáveis entre 2012 e 2015; a inatividade aumenta de forma leve e o desalento aumenta mais acentuadamente, no segundo subperíodo, refletindo um perverso traço da deterioração experimentada pelo trabalho. Uma dinâmica semelhante é observada no mercado de trabalho juvenil. Mas em termos de magnitude, desocupação, inatividade e desalento atingem de forma mais intensa a população jovem.

Especificamente relativo aos dados desse segmento, experimenta-se uma forte redução no percentual de ocupados. Nota-se ainda o aumento na população potencial, o que deveria representar a possibilidade de um contingente maior de população poderia integrar a força de trabalho em situações, por exemplo, de recuperação econômica. Todavia, apesar de no decorrer do período haver aumento no número de jovens que estavam aptos ao mercado de trabalho, por alguma circunstância, estes não encontraram emprego, refletindo a conjuntura econômica adversa do país que afeta, especialmente, públicos mais vulneráveis, como é o caso da população juvenil.

**Tabela 1.** Nordeste - Indicadores selecionados do Mercado de Trabalho geral e juvenil (%)

População	Trabalho Juvenil			Trabalho Geral		
	2012	2015	2019	2012	2015	2019
Ocupada	22,39	21,18	18,07	25,48	25,28	22,67
Desocupada	4,35	5,05	6,30	2,63	3,05	3,83
Economicamente Ativa	26,75	26,23	24,37	28,11	28,34	26,50
Potencial	4,07	3,86	6,38	2,86	2,55	4,21
Efetivamente Desocupada	18,33	19,01	17,01	18,37	18,46	17,73
Economicamente Inativa	22,40	22,87	23,39	21,23	21,01	21,94
Desalentada	1,71	1,80	4,48	1,33	1,30	3,12
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** elaboração dos autores com base nos dados da PNAD-contínua.

Para Silva e Vaz (2020), o fato de os jovens passarem a uma condição de inatividade e desalento, possivelmente, reflete uma desistência de procurar emprego, dado a baixa expectativa de encontrar trabalho em um contexto de crise, como a que marca o período.

Além dos dados agregados da população geral e juvenil, indicadores relativos também ajudam a entender a dinâmica do mercado de trabalho, já que podem expressar o engajamento da população nas atividades produtivas (taxa de participação) ou o percentual de pessoas ocupadas e desocupadas, que são expressos em relação à força de trabalho (taxa de ocupação e desocupação).

A Tabela 2 traz informações sobre as taxas de participação, de ocupação e de desocupação da população nordestina, geral e juvenil, para os anos em análise.

Ao examinar a taxa de participação, observa-se o reflexo da inserção da força de trabalho (correspondente à população economicamente ativa) em relação à população em idade de trabalhar, o que oferece a ideia da dimensão do mercado de trabalho, configurando a situação conjuntural da sua oferta. Verifica-se que a população em geral apresenta um crescimento na taxa de participação entre os anos 2012 a 2015, em contrapartida ao que acontece em 2019, o que revela a aderência da participação da população no mercado relativa à dinâmica econômica do período. Para o grupo juvenil, as taxas de participação apresentaram queda entre os anos analisados, chegando a representar 51,03% da participação dos jovens no mercado, em 2019. De acordo com Paulo e Alves (2019), essa redução na participação de jovens acaba sendo reflexo da dinâmica populacional natural, tendo em vista que a dinâmica do mercado de trabalho sempre se configura de forma a reduzir a participação dos jovens, que sentem especialmente os ajustes entre conjuntura e emprego. Ressalta-se que nos três anos analisados, a taxa de participação é menor entre os jovens, relativo à população geral.

**Tabela 2.** Nordeste - Taxas de Participação (TP), de Ocupação (TO) e de Desocupação (%)

Taxas	Trabalho Juvenil			Trabalho Geral		
	2012	2015	2019	2012	2015	2019
Participação	54,42	53,42	51,03	56,97	57,42	54,70
Ocupação	83,72	80,75	74,16	90,66	89,22	85,56
Desocupação	16,28	19,25	25,84	9,34	10,78	14,44

**Fonte:** elaboração dos autores com base nos dados da PNAD-contínua.

As taxas de ocupação e desocupação retratam o nível de ocupados e desocupados em termos da força de trabalho, respectivamente. A observação dessas taxas mostra que, no grupo geral, a ocupação oscila pouco, mas com tendência de queda entre 2012 e 2015, queda esta que se torna bem acentuada no cenário de crise pós 2015. A redução na taxa de ocupação de jovens segue a dinâmica geral, sendo mais intensa para esse segmento. Relativo ao desemprego, mesmo no período em que as alterações nos indicadores são mais suaves (2012-2015), o aumento na taxa de desocupação é mais expressivo na parcela juvenil. E considerando a magnitude dos indicadores, taxa de ocupação (desocupação) são menores (maiores), ou seja, mais expressivas para jovens *vis a vis* população geral. Nota-se que o dinamismo do mercado contribui para que o jovem consiga o primeiro emprego, porém, ao representar um público vulnerável e participando de um mercado de trabalho bem heterogêneo, acaba por demonstrar maior sensibilidade a alterações estruturais e conjunturais do mercado de trabalho (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

Ainda, ao se inserirem em ocupações mais precárias associadas à pouca experiência, são mais facilmente dispensáveis em cenários adversos. Evidencia-se, com isso, que os jovens constituem uma sensível parcela no campo do emprego, traduzindo-se num ciclo de busca por posições no mercado de trabalho e dificuldades de inserção e permanência, o que muitas vezes contribui para que engrossem as fileiras não apenas da desocupação, mas do desalento.

Os dados representados na Tabela 3 mostram as condições de ocupação de jovens nordestinos e do trabalho, em geral, nos anos selecionados. A qualidade das ocupações pode ser percebida na distribuição dessas ocupações e na sua evolução entre os subperíodos. As categorias empregado sem carteira assinada e por conta própria absorvem grande parte da população ocupada do período, tendo atingido o menor nível em 2015, 45,53%, e o maior percentual em 2019, com 47,26%. Relativo à ocupação por conta própria, que concentra a maioria dos trabalhadores em todos os anos analisados.

Conforme já apontado, os jovens, ao buscarem sua inserção no mercado de trabalho, enfrentam vários obstáculos, associados, principalmente, à insuficiência de escolaridade e experiência. A Figura 1 traz dados referentes a condição de trabalho-estudo para os jovens nordestinos, nos anos 2012, 2015 e 2019. Percebe-se que durante o período há um aumento percentual considerável de jovens que não estudam e não

trabalham, saindo de 28,28%, em 2012, para 32,11%, em 2019. Isso mostra uma forte associação do estudo e do trabalho que dificultam a sua entrada no mercado de trabalho, ao ter em vista que a saída precoce da escola pode ser um empecilho à sua qualificação e o contrário, fator de entrada no mundo laboral. Outro dado importante, é o crescimento percentual de jovens que só estudam, chegando, em 2019, a representar 35,55% do total de jovens da região Nordeste.

**Tabela 3.** Nordeste - Ocupação do Mercado de Trabalho geral e juvenil

Condição de Ocupação	Mercado de trabalho Juvenil			Mercado trabalho Geral		
	2012	2015	2019	2012	2015	2019
Empregado c/ carteira	0.31	0.33	0.30	0.25	0.26	0.25
Empregado s/ carteira	0.27	0.25	0.30	0.17	0.15	0.18
Doméstico c/ carteira	0.01	0.01	0.00	0.01	0.01	0.01
Doméstico s/ carteira	0.06	0.05	0.05	0.06	0.05	0.06
Público c/ carteira	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01
Público s/ carteira	0.05	0.05	0.06	0.04	0.04	0.05
Militar e estatutário	0.03	0.03	0.02	0.09	0.09	0.09
Empregador	0.01	0.01	0.01	0.03	0.03	0.03
Conta-própria	0.16	0.20	0.20	0.28	0.30	0.30
Familiar auxiliar	0.08	0.07	0.06	0.05	0.04	0.03
<b>Total</b>	<b>1.00</b>	<b>1.00</b>	<b>1.00</b>	<b>1.00</b>	<b>1.00</b>	<b>1.00</b>

**Fonte:** elaboração dos autores com base nos dados da PNAD-continua.

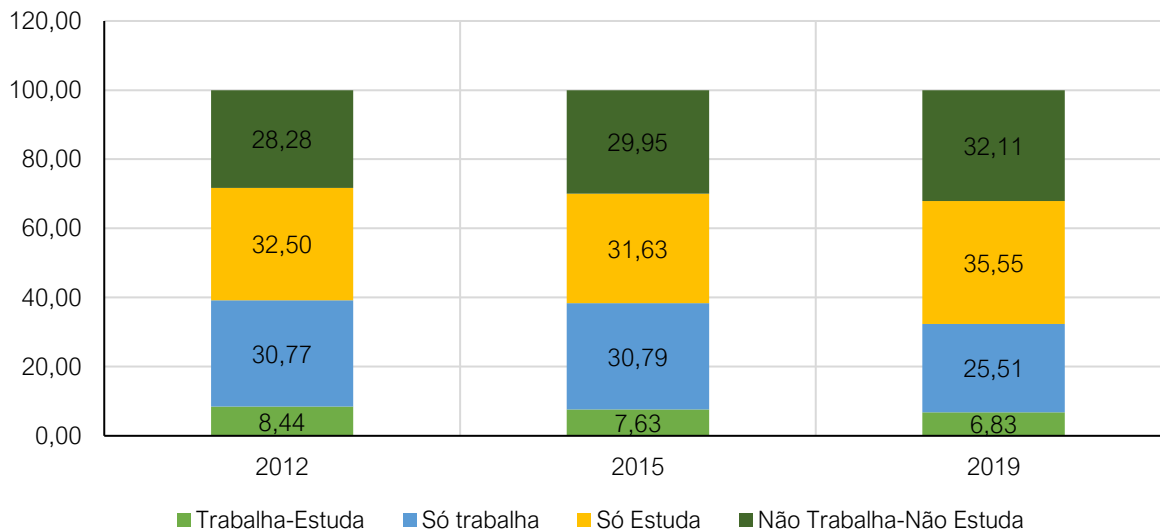
Já os jovens que só trabalham apresentaram uma forte queda relativa no ano de 2019, passando a representar pouco mais de um quarto do público juvenil. E, finalmente, os jovens que trabalham e estudam, que apesar de apresentarem um percentual baixo em comparação aos demais, também demonstraram uma tendência de queda no seu nível percentual.

Pode-se associar essa tendência ao fato de os jovens saírem do mercado de trabalho e encontrarem dificuldades para reinserção. Assim, acabam procurando melhorar seus níveis de escolaridade ou somam-se à categoria de nem estuda nem trabalha, muitas vezes influenciados pela situação de desalento. Relativo a essa última categoria, Silva e Vaz (2020, p. 105) enfatizam que “sem trabalhar e sem estudar, esses indivíduos não estão acumulando capital humano, o que pode levar a perdas de rendimentos significativas e persistentes que comprometem suas trajetórias laborais ao longo da vida”.

Já para Picanço (2015), a faixa etária influencia a questão de trabalho e estudo, pois o público jovem com idade entre 16 e 17 anos está mais ligado à escolaridade, porém ao atingir os 18 anos, tende a se deslocar para o mercado de trabalho, diminuindo seu

nível de escolaridade. Especialmente a partir dos 18 anos, os jovens tendem a buscar sua autonomia financeira, acompanhando sua simbólica entrada no mundo adulto.

**Figura 1.** Condição no trabalho e estudo dos jovens no Nordeste



**Fonte:** elaboração dos autores com base nos dados da PNAD.

A Tabela 4 mostra a distribuição, por decis, dos rendimentos reais mensais da população juvenil no mercado de trabalho da região Nordeste, deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os dados revelam que nos estratos de renda mais baixa, primeiro e segundo decis, os jovens seguem perdendo rendimento, com maiores perdas entre 2015 e 2019 e no período como um todo, 2012-2019, as perdas correspondem a 19,69%, primeiro decil e 15,09%, segundo decil. Os maiores ganhos ocorrem entre o sexto e nono decis, com maior variação positiva no oitavo decil (2012-2019), cujo ganho de renda é 16,17%.

**Tabela 4.** Nordeste – Rendimento Real da População Juvenil por decis

Decil	Anos		
	2012	2015	2019
01	195,05	179,39	156,64
02	573,82	567,29	487,23
03	929,17	946,13	949,26
04	970,56	973,61	1017,68
05	1123,61	1132,80	1173,60
06	1333,47	1407,28	1443,64
07	1643,84	1730,52	1879,45
08	2089,22	2242,68	2427,06
09	3015,44	3209,63	3227,81
10	6644,15	7042,37	6645,15

**Fonte:** elaboração dos autores com base nos dados da PNAD-contínua.

É importante refletir que os postos de trabalho de entrada são especialmente acessados pelos jovens e aqueles pertencentes a estratos mais vulneráveis, pelas características que carregam, notadamente inexperiência e baixa qualificação, e o fazem via acesso fragilizado e precário, reproduzindo, muitas vezes, as inseguras condições de permanência da família no mercado de trabalho. Em cenários de crise, os ajustes recaem singularmente nesses estratos, não apenas lhes reservando desocupação, inatividade ou desalento, mas lhes corroendo seus rendimentos, como acontece com os jovens mais carentes do Nordeste.

### 5.1 Análise de dados da população juvenil na covid-19

Essa seção apresenta dados referentes a população juvenil no Nordeste no ano de 2020, buscando analisar, mais especificamente, a conjuntura que caracterizou o período de crise sanitária. A Tabela 5 traz informações a respeito da população juvenil ativa na região Nordeste, nos meses de maio a novembro de 2020, em termos relativos.

Conforme os dados, é possível notar que o percentual de jovens em desocupação no mercado de trabalho é muito superior à população juvenil ocupada. Entre maio e junho de 2020 são registrados os maiores níveis de desocupação, sendo 75,05%, neste primeiro mês, e 72,99% no segundo. Esses dados refletem a conjuntura experienciada no pior momento da economia brasileira durante a Covid-19, correspondente a brutal contração do nível de atividades econômicas em -9,7%, no segundo trimestre, quando passam a ser finalmente implementadas medidas de isolamento social, com a paralização das atividades econômicas, com exceção das essenciais.

**Tabela 5.** Nordeste - População juvenil ativa em 2020

Mês	Ocupada	Desocupada Afastada		Desocupada Sem atividade		Total
		Devido à covid	Outros motivos	Desempregada	Desocupação plena	
05	24,94	9,24	1,29	7,38	57,15	100,00
06	27,01	7,16	1,19	8,80	55,87	100,00
07	28,71	5,03	1,25	9,17	55,91	100,00
08	30,84	3,38	0,85	10,69	54,29	100,00
09	32,07	2,33	0,85	11,87	52,89	100,00
10	33,08	1,70	0,87	12,67	51,67	100,00
11	33,46	1,51	0,90	13,20	50,94	100,00

**Fonte:** elaboração dos autores com base nos dados da PNAD.



A desocupação segue em queda, à medida em que ocorre a recuperação da economia, com o PIB do terceiro trimestre registrando um crescimento de 7,7% (IBGE, 2020). Mas os jovens desempregados crescem e atingem seu maior patamar em novembro, sendo equivalente a 13,2% do grupo juvenil. Entre a população jovem desocupada, o afastamento devido à Covid atinge seu maior nível no mês de maio, diminuindo progressivamente nos meses seguintes.

Sobre essa dinâmica, de acordo com Costa *et al.* (2021), o período de pandemia intensificou a transição da população para a inatividade, sendo de forma mais intensa e agravante para o público juvenil.

Outra variável que ajuda a compreender a condição juvenil no mercado de trabalho recente é a renda por fonte durante o período de pandemia, principalmente porque o percentual de jovens desempregados cresceu no período analisado. A Tabela 6 mostra as principais fontes de renda dos jovens nordestinos, nos meses de 2020, distribuídos por decis, em termos relativos. Ao analisar a distribuição dos decis, verifica-se que o percentual de jovens nordestinos, nos níveis mais baixos da distribuição, possuía como principais fontes de renda o auxílio emergencial, o trabalho e as aposentadoria e pensões. Há uma tendência de queda nessas fontes de renda, para o público que recebia o auxílio emergencial.

**Tabela 6.** Principal fonte de renda dos jovens nordestinos em 2019

Fonte	Decil 01	Decil 02	Decil 03	Decil 04	Decil 05	Decil 06	Decil 07	Decil 08	Decil 09	Decil 10
Trabalho	33,70	33,30	33,00	34,70	37,10	35,50	37,20	36,70	37,60	36,80
Aposentadorias e pensões	12,20	19,30	24,60	26,10	27,00	30,80	32,20	35,20	36,80	42,20
Outras pensões e doações	2,10	2,10	2,00	1,80	1,60	2,10	2,60	2,60	2,40	2,40
Bolsa-família	4,60	3,70	2,90	2,40	1,60	1,40	1,00	0,80	0,50	0,20
Prestação Continuada	2,00	3,10	3,00	3,60	3,10	2,90	2,50	2,30	1,90	0,70
Auxílio emergencial	43,60	35,80	32,00	28,50	25,70	22,70	19,80	17,50	14,90	9,40
Seguro-desemprego	0,80	0,90	0,80	1,30	1,60	1,90	1,60	1,70	1,60	1,10
Outros rendimentos	1,10	1,80	1,70	1,40	2,30	2,80	3,00	3,10	4,40	7,20

**Fonte:** elaboração dos autores com base nos dados da PNAD.

De forma geral, as principais fontes de renda dos jovens nordestinos estão concentradas, nos meses analisados, no trabalho; aposentadorias e pensões e auxílio emergencial. Entre essas fontes, o trabalho sofre menores variações entre os estratos, estando a maior diferença de concentração entre o segundo decil, com o trabalho provendo 33,3% da renda do jovem e o nono decil, com percentual de renda do trabalho de 37,6%.

As aposentadorias e pensões crescem à medida em que aumentam os estratos de renda. O peso dos programas sociais fica explícito nos estratos mais baixos. O bolsa família se destaca no primeiro e segundo decis, cumprindo sua função de focalizar na população mais carente. O auxílio emergencial tem peso significativo na renda, principalmente entre o primeiro e terceiro decis. No caso do primeiro, 43,6% da renda do jovem nordestino provém de um programa mínimo de renda, em um cenário onde diminuem as ocupações formais e aumentam o trabalho informal e formas de empreendedorismo. Esse suporte se mostra indispensável para mitigar os níveis de vulnerabilidade, mesmo que temporariamente, a que estão expostos esse segmento da população, onde pesam tanto o desemprego, a inatividade e o desalento. Isso contribuiu para retirar da pobreza e miséria em que mergulharam milhões de famílias e, especialmente, jovens, quando da deflagração da crise pandêmica.

## **6. Considerações finais**

O principal objetivo desse estudo foi analisar o contexto do mercado de trabalho juvenil nordestino no período de pandemia, além de apresentar algumas reflexões sobre esse público no mercado de trabalho. Foi utilizado dados de origem secundária da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADc), referente aos anos de 2012, 2015 e 2019, além da PNAD COVID para se fazer algumas pontuações específicas em meio ao cenário pandêmico de 2020.

Os indicadores sistematizados no estudo ressaltam a natureza precária da condição juvenil no mercado de trabalho nordestino. Destarte, dadas as dinâmicas naturais da população e a reestruturação do trabalho, assiste-se um processo agudo de crise do trabalho juvenil na região, que vem se acentuando nos últimos anos, tornando as expectativas em relação aos jovens ainda mais incertas.

A população juvenil é um dos grupos mais vulneráveis ao contexto conjuntural e estrutural recente. Verificou-se que houve uma redução no percentual de ocupados entre os anos de 2012, 2015 e 2019, ocorrendo uma transição para a situação de desocupação ou desalento, isso reflete o fato de que parte dos jovens ainda buscam se inserir no mercado de trabalho, enquanto uma parte perde as esperanças na busca de emprego e acabam ficando desalentadas. Notou-se também, o fato de que a população juvenil teve um aumento no percentual da população potencial, configurando que houve um aumento desse público apto a se inserir no mercado de trabalho.

Aponta-se que dilemas tradicionais da juventude, como o desemprego, ainda são bem presentes e foram pesadamente agravados pelo ajuste sentido recentemente, especialmente no contexto pandêmico, além da reversão do crescimento, associada não somente a própria crise sanitária, mas também à crise econômica e política que já acompanhava o país no contexto pré-pandemia, transformando os jovens nordestinos na ampla maioria da massa de desempregados na região.

Nas reflexões sobre o contexto do público juvenil na pandemia, verificou-se que no início da crise sanitária, o percentual de jovens que foram afastados cresceu, apesar do aumento no percentual de ocupados nos períodos de pandemia, houve um forte aumento na situação de desempregado, podemos associar isso ao fato de que muitos jovens estavam procurando emprego ao invés de ficar na situação de desalento. No que tange as principais fontes de renda da população juvenil nordestina, foi possível averiguar que a distribuição de rendas assistencialistas foram as principais fontes de rendas no decorrer da distribuição, caso do auxílio emergencial e aposentadorias e pensões.

Dessa forma, foi possível refletir sobre as principais condicionalidades do público juvenil e o mercado de trabalho, demonstrando que existem diversos fatores que podem influenciar positiva ou negativamente sua inserção. É necessário a realização de mais pesquisas sobre esse público, buscando avaliar aspectos demográficos, sociais e socioeconômicos.

## Referências

ARAUJO, Victor Leonardo; GENTIL, Denise Lobato. **Avanços, recuos, acertos e erros: uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional**. Brasília: IPEA, 2011. (Texto para Discussão, nº 1602).

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.

CAMPEDELLI, André Luis. O regime de metas de inflação no Brasil: um balanço do governo Dilma. **Revista Nexos Econômicos**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 115-138, 2016.

COELHO, Raquel Nascimento; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Inserção Laboral, juventude e precarização. **Revista Psicologia Política**, vol. 9, n. 18, p. 275-289, 2019.

COSTA, Joana Simões; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HECKSHER, Marcos. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19**. Texto para Discussão, 2021.

COSTA, M. DE O. Educação e trabalho juvenil em um contexto de crescimento econômico: a realidade do Ceará. Fortaleza: **Instituto de Desenvolvimento do Trabalho**, 2010.

DWECK, E.; TEIXEIRA, R.A. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Texto para Discussão** n. 303. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2017.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, v. 35, p. 229-248, 2010.

FÜHR, Carlise. **Trabalho e Juventude: opção ou necessidade?**. 2009. 79p. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social, Florianópolis, SC, 2009.

GENTIL, D.; HERMANN, Jr. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 793-816, 2017.

HELAL, Diogo Henrique. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho brasileiro: padrões e tendências. **Pesqui. prá. psicossociais**, p. 83-93, 2010.

HESSEL, R.; BARBOSA, M. **Governo mantém previsão de retração do PIB de 2020 em 4,7%**. Correio Brasiliense. Blog. Brasília, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/spe-mantem-previsao-de-retracao-do-pib-de-2020-em-47/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

HORTA, Guilherme Tinoco de Lima; GIAMBIAGI, Fabio. **Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023**. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal de Emprego. Série histórica. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?=&t=series-historicas> >. Acesso em: dez. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

TRABALHO, O. I. T. **Família**: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social. Brasília: OIT, 2009.

MOREIRA, Jacqueline Oliveira; ROSÁRIO, Ângela Buciano; SANTOS, Alessandro Pereira. Juventude e adolescência: considerações preliminares. **Psico**, v. 42, n. 4, 2011.

OREIRO, J. L. da.; PAULA, L.F. de. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/336147850\\_A\\_economia\\_brasileira\\_no\\_governo\\_Temer\\_e\\_Bolsonaro\\_uma\\_avaliacao\\_preliminar](https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar)>. Acesso em: dez., 2022.

PARENTE, C. DA M. D. Políticas de educação integral em tempo integral à luz da análise do ciclo da política pública. **Educação & realidade**, v. 43, p. 415–434, 2017.

PAULO, Evânio Mascarenhas; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Dinâmicas e tendências recentes do trabalho juvenil na Região Nordeste (2012-2017). **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXX, n. 3, p. 40-55, 2019.

PICANÇO, Felícia Silva. Juventude e trabalho decente no Brasil-Uma proposta de mensuração. **Caderno CRH**, v. 28, p. 569-590, 2015.

PRATES, Daniela Magalhães; CUNHA, André Moreira. Medidas macroprudenciais e a evolução do crédito em 2011. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre - RS, v. 39, n. 4, p. 117-128, 2012.

ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, v. 21, p. 533-550, 2008.

SANTOS, Anselmo Luís dos; GIMENEZ, Denis Maracci. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 153-168, 2015.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; VAZ, Fábio Monteiro. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. **IPEA**, 2020.

WELLER, Jürgen. Panorama das condições de trabalho na América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, p. 27-43, 2012.

Recebido em: março de 2024  
Aceito em: setembro de 2024